



Reunião do dia 09/05/2013

1
2 No nono dia do mês de maio do ano de 2013, às 9 horas da manhã, no Edifício sede do
3 Ministério Público do Estado do Paraná, Térreo, Rua Mal. Hermes nº 751 – Centro Cívico, nesta
4 Capital, foi dado início à Reunião da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná.
5 Fizeram-se presentes os membros Ivete Maria Caribé da Rocha, Luiz Edson Fachin, Neide de
6 Azevedo Lima, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Pedro Rodolfo Bodê de Moraes e Vera Karan
7 de Chueiri, assim como o Secretário Executivo – José Antônio Peres Gediel – e os convidados e
8 colaboradores Carlos Molina (COHAPAR), Raquel Osowski, Juliana de Almeida Furlan, Lais
9 Gonçalves da Silva e Maria Duarte (Ministério Público do Estado do Paraná), Diego Coletti Oliva
10 e Samara Feitosa (UFPR), Elísio Marques (Arquivo Manoel Joaquim Corrêa), Solange Rocha
11 (Arquivo Público do Paraná) Sérgio Inácio Sirino (Instituto de Identificação do Estado do
12 Paraná), Roberto Elias Salomão (Fórum Paranaense pelo Resgate da Verdade, Memória e
13 Justiça), Wilson Previdi (PCB), Gustavo Henrique Alves da Luz Fávero (SEJU/PR) e Demétria
14 Filippidis (depoente).

15 Primeiramente, após declarar iniciada a reunião, o Coordenador desta Comissão, Dr. Pedro
16 Bodê, conforme discutido, retifica a ordem da pauta, que fica estabelecida conforme se segue.
17 1º ponto (aprovação das atas das reuniões dos dias 18 e 26 de abril de 2013): as referidas atas
18 são aprovadas. 2º ponto (apresentação e solicitações da CEV aos convidados representantes do
19 Arquivo Público do Paraná e do Instituto de Identificação do Paraná): em um primeiro momento,
20 o Coordenador da CEV esclarece aos convidados em questão que a presença deles nesta
21 reunião se torna importante para inteirar os membros desta Comissão, a respeito da atual
22 situação das instituições, e se haveria a possibilidade de manter um trabalho conjunto, com uma
23 contínua troca de informações, de tal forma que facilite a atuação da CEV. Bodê exemplifica,
24 indagando à representante do Arquivo Público se já houve a digitalização de 100% do acervo, e
25 se há algum tipo de restrição no que se refere ao acesso. No caso do Instituto de Identificação
26 do Paraná, Bodê indaga, exemplificando, se esta Instituição tem um arquivo de acesso fácil que
27 possa auxiliar a CEV em futuras pesquisas. Deste modo, a palavra é aberta à Sra. Solange
28 Rocha, Chefe da Divisão de Documentação Permanente e Assessora da Direção do Arquivo
29 Público do Paraná, que explica a ausência da Diretora da Instituição pelo inconformismo em
30 verificar, mediante a publicação da ata da reunião da CEV do dia 26 de abril, que a Sra.
31 Demétria Filippidis afirmou que funcionários do Arquivo Público haviam apagado dados
32 constantes em documentos de seu acervo. Solange afirma: todas as informações referentes ao



33 título de documentações está disponível no site do Arquivo. Ela explica que o acervo está
34 dividido em três: Pastas Temáticas, que totalizam mais de 2300, sendo que, destas, 98% estão
35 digitalizadas; Pastas Individuais, que totalizam mais de 3000, sendo que, destas, 98% estão
36 digitalizadas; e Fichas Individuais, que totalizam mais de 47000, cujo trabalho de digitalização
37 está sendo iniciado. Deste modo, Solange esclarece que qualquer cidadão que vá ao Acervo
38 Público do Paraná, se não tiver acesso imediato ao material digitalizado solicitado, o terá dentro
39 de poucos dias, tendo, além disso, imediato acesso ao documento original ou microfilmado.
40 Indagada acerca da possibilidade de acesso ao acervo pela internet, Solange explica que não
41 há tal possibilidade, acrescentando que não há como disponibilizar todo o material de maneira
42 digitalizada, visto que as condições técnicas da Instituição são limitadas. Neste ponto, surge a
43 questão da proposta de Decreto a respeito do acesso aos documentos do Arquivo Público do
44 Paraná, sugerida pelo Sr. Molina e elaborada pelo Dr. Luiz Edson Fachin, sendo que o Dr.
45 Olympio afirma que, antes que a Comissão finalize esta proposta, haja o contato com o Arquivo
46 Público para discussão e aprimoramento do mesmo. Aberta a palavra, a Dra. Ivete Maria Caribé
47 da Rocha pergunta se o Arquivo Público possui cópias dos processos da Justiça Militar, ao que
48 Solange responde que não. Assim, Dra, Ivete pergunta quais informações adicionais às Fichas
49 que o Arquivo Público possui, sendo que Solange responde que há mais de 3000 dossiês de
50 pessoas arroladas pela extinta DOPS, além das Pastas Temáticas. Ademais, a Dra. Vera Karam
51 sugere que a CEV, a exemplo da Comissão da Verdade da UFPR, grave os documentos já
52 digitalizados pelo Arquivo Público - e que são pertinente - em outros meios (CD's, DVD's ou
53 PenDrive's). Ela ainda indaga Solange se há algum tipo de cruzamento entre o Arquivo Público
54 do Paraná e outros Arquivos, de tal maneira que um documento pesquisado que não esteja
55 presente naquele seja, de alguma forma, localizado nestes. A respeito disto, Solange afirma que
56 a maneira mais fácil de obter este cruzamento de dados é mediante o acesso ao Centro de
57 Referência da Lutas Políticas, do Arquivo Nacional, com o qual o Arquivo Público do Paraná
58 mantém contato, disponibilizando todas as informações referentes às Pastas Temáticas. Neste
59 ponto, Solange chama atenção para o fato que o Arquivo Nacional, muito embora tenha recebido
60 todas estas informações, fechou, digitalmente, parte delas. Com a palavra, Fachin, além de
61 sugerir a presença permanente do Arquivo Público do Paraná nas reuniões da CEV, destaca o
62 fato de que a administração pública do Estado precisa colocar nas mãos do Arquivo Público as
63 condições necessárias que permitam executar todas as suas tarefas e estas novas demandas.
64 Além disso, Fachin ainda solicita ao Arquivo Público que elabore um parecer sobre a proposta



65 de Decreto que está sendo trabalhada por esta Comissão, ressaltando, contudo, que a base, ou
66 seja, o princípio geral, é o princípio da abertura de todas as informações, sendo o sigilo exceção.
67 Ainda com a palavra, explica que a CEV, com a proposta do Decreto, visa ampliar o acesso às
68 informações, inclusive a entidades e pessoas jurídicas, dar mais transparência e diminuir as
69 barreiras formais. Aberta novamente a palavra, a Sra. Demétria Filippidis explicita que pode ter
70 se equivocado sobre as respostas de servidores do Arquivo Público, visto que se encontrava sob
71 grande emoção, e retifica o que pronunciou na última reunião desta Comissão, afirmando que,
72 na verdade, a difícil leitura de alguns nomes em um dos documentos do Arquivo Público se deu,
73 não por ação de funcionários da instituição, mas porque a página fotocopiada era de um material
74 transparente, o que fez com que a cópia ficasse quase que ilegível, como se tivesse sido
75 apagada. Aqui, o Coordenador e os demais membros da Comissão chamam atenção para que
76 haja certa compreensão com situações como esta, visto que o trabalho da CEV é extremamente
77 complexo e, ao buscar a verdade, memórias serão resgatadas, o que poderá - e certamente irá -
78 muitas vezes, causar certos sofrimentos e desconfortos para alguns, e destacam que é
79 necessário estabelecer diálogos que permitam o melhor e mais rápido estabelecimento da
80 verdade e da justiça. Com a palavra, o Sr. Roberto Elias Salomão aponta que seria da
81 competência da Comissão Estadual da Verdade solicitar ao Estado que disponibilize a estrutura
82 necessária ao Arquivo Público. Neste ponto, a Sra. Solange convida os membros da CEV, assim
83 como a todos os presentes, ir até o Arquivo Público da Paraná para conhecer a realidade da
84 Instituição, expressando que qualquer ajuda no sentido de melhorar a estrutura seria bem-vinda.
85 Salomão forma o seguinte raciocínio: se a lei do acesso à informação existe, o Estado deve
86 proporcionar os meios para que a mesma seja cumprida. A seguir, o Sr. Molina pede a palavra
87 para exaltar o Arquivo Público da Paraná que, segundo ele, é um dos mais completos do país.
88 Molina atribui esta abertura do Arquivo Público do Paraná a José Maria Corrêa e Adolfo Mariano,
89 pessoas a quem ele espera que sejam expedidos convites para participarem das reuniões da
90 CEV, pois detém muitas informações úteis. Além disso, Molina sugere que os membros da
91 Comissão, quando do contato com pessoas que exerceram papel importante tanto na luta
92 quanto no próprio Estado, perguntasse se elas possuem algum documento ou livro que ajude na
93 busca pela verdade. A exemplo, Molina disponibiliza à Comissão o livro “Manual Policial de
94 Controle de Tumultos e Distúrbios Civis”, de Almir Chagas Vilela, com prefácio de Italo Conti.
95 Ainda em relação ao Arquivo Público, o Dr. Elísio Marques afirma que lhe foi informado pela Dra.
96 Alzimara Bacelar, Secretária da Comissão de Indenização de Presos Políticos, que o resultado



97 das três Comissões de Indenização de Presos Políticos foi encaminhado ao Arquivo, e lá
98 estariam disponíveis. Assim, pergunta à Sra. Solange se esta informação procede, ao que ela
99 responde que apenas o referente à Primeira Comissão encontra-se devidamente arquivado.
100 Sendo assim, o Dr. Elísio propõe à CEV que ouça a Dra. Alzimara Bacelar para esclarecer em
101 relação aos resultados da segunda e da terceira Comissão. Além disso, Marques ainda pergunta
102 à representante do Arquivo Público do Paraná se algum documento foi definitivamente perdido
103 no incêndio ocorrido na Instituição em 1989, ao que ela responde que não houve perda de
104 material algum. Esgotados os questionamentos acerca do Arquivo Público do Paraná, o
105 Coordenador da CEV coloca sob apreciação três deliberações: a presença permanente de
106 representante do Arquivo Público do Paraná nas reuniões e trabalhos da CEV; apresentar a
107 Minuta de Decreto elaborada pelo Dr. Fachin ao Arquivo Público para que a Instituição se tome
108 ciência e se manifeste a respeito; solicitar ao Poder Público melhorias à estrutura do Arquivo
109 Público do Estado do Paraná para que a Instituição possa corresponder às novas demandas.
110 Todos de acordo, são aprovadas as três deliberações, de forma unânime. Assim, a palavra é
111 passada ao Dr. Sérgio Inácio Sirino, vice-diretor do Instituto de Identificação do Paraná (IIPR),
112 para que ele inteirasse os presentes acerca da possibilidade de auxílio desta Instituição nas
113 atividades da Comissão Estadual da Verdade. Com a palavra, ele informa: o IIPR possui mais de
114 50 milhões de registros de pessoas, muitas delas já falecidas, sendo que, destes, em torno de 8
115 milhões já se encontram digitalizados, com registros biométricos. Acrescenta: basicamente, o
116 atendimento é fruto de solicitações do Poder Judiciário, do Ministério Público e das autoridades
117 policiais, em busca de identificar, qualificar e localizar pessoas de interesse. Além disso, afirma
118 que o auxílio do Instituto de Identificação do Paraná aos trabalhos da CEV poderá sim ocorrer,
119 porém mediante uma solicitação concreta, visto que o arquivo é muito vasto. Indagado pela Dra.
120 Vera Karam se há também, na instituição, arquivos referentes à Polícia Militar, o Dr. Sirino
121 esclarece que o IIPR concerne apenas à Polícia Civil, sendo que as outras instituições possuem
122 seus próprios meios de arquivo. A seguir, a Dra. Ivete informa que, ao entrar em contato com o
123 Diretor do Instituto de Identificação do Paraná, foi informada que a instituição possui cópias de
124 sentenças de pessoas que passaram por um processo na Justiça Militar, dizendo que seria
125 importante que a instituição disponibilizasse todas estas cópias. Por sua vez, Sirino afirma que o
126 Poder Judiciário comunica ao IIPR acerca de alguns atos processuais, para fins de registro,
127 sendo que a CEV poderá ter acesso a estes documentos. Ele acrescenta que todos os dados
128 são guardados de forma bem organizada, de fácil localização e acesso. Sendo assim, o



129 Coordenador desta Comissão propõe que, ao menos, alguns dos membros realizem uma visita
130 ao Instituto de Identificação do Paraná, ao que solicita ao Dr. Sérgio Inácio Sirino que notificasse
131 o Diretor da instituição a este respeito. Todos os membros presentes concordam, e assim fica
132 decidido. Nesta oportunidade, o Dr. Elísio Marques aponta a existência do Centro de Informação
133 da Secretaria de Segurança Pública (CISESP), pedindo à CEV que seja ouvido o Sr. Almir
134 Chagas Vilela, ex-diretor do CISESP. A este respeito, o vice-diretor do IIPR informa que o
135 CISESP sofreu uma transmutação, sendo hoje uma Coordenadoria de Inteligência. Os
136 membros, deste modo, deliberam no sentido de oficial o atual responsável por esta
137 Coordenadoria, solicitando acesso integral aos documentos lá arquivados. Esgotado este ponto
138 da pauta, o Coordenador conduz a reunião ao próximo, qual seja, a definição da primeira
139 Audiência Pública da CEV, a ser realizada em Foz do Iguaçu. Com a palavra, o Sr. Salomão
140 informa que esteve em contato com o Sr. Alúcio Palmar, sendo que este sugeriu que tal
141 Audiência fosse realizada no dia 13 ou dia 23 de junho. Além disso, informa também que Palmar
142 chamou atenção para os pontos a serem abordados na oportunidade, quais sejam, o Massacre
143 de Medianeira, a Operação Condor e as questões relacionadas aos conflitos rurais na região. A
144 respeito da Audiência Pública os presentes deliberam no sentido de sua realização em Foz do
145 Iguaçu, com a data a ser confirmada, e, conforme proposta do Dr. Olympio, a CEV decide
146 também convidar a Comissão Nacional da Verdade a estar presente na oportunidade. Com a
147 palavra, a Dra. Ivete afirma que, no encontro realizado recentemente em São Paulo, no qual
148 esteve presente, conversou com o Sr. Alúcio Palmar, sendo por ele informada que os Arquivos
149 Públicos do Paraguai possuem muitas informações pertinentes aos trabalhos da CEV. Definida a
150 questão da Audiência Pública, o Coordenador abre aos informes. Com a palavra, o Sr. Molina
151 informa que entrou em contato com a Sra. Nina Cerveira e o Sr. Narciso Pires, pessoas que,
152 segundo Molina, possuem informações muito importantes e que contribuirão aos trabalhos da
153 CEV. Bodê pede a Molina que passe o contato das pessoas elencadas para que a CEV entre em
154 contato com elas. Dito isto, a Dra. Ivete passa a informar a respeito do encontro realizado no
155 Estado de São Paulo, nos dias 27 e 28 de abril, no qual esteve em nome desta Comissão:
156 estavam presentes diversos comitês e organizações de vítimas e parentes de vítimas da
157 ditadura, totalizando a representação de 20 Estados da Federação; a Dra. Ivete relata que o
158 ambiente foi de bastante anseio e expectativa sobre as Comissões da Verdade, dizendo que, na
159 oportunidade, foram formados seis grupos de trabalhos, que discutiram, principalmente, as
160 críticas em relação à Comissão Nacional da Verdade (modo de trabalho, publicidade das



161 agendas, falta de relatórios parciais, etc.); ela chama atenção para um fato específico, qual seja,
162 a vala clandestina de Perus, onde, há 20 anos, foram achadas mais de mil ossadas relativas a
163 mortos vítimas da perseguição política, sendo elas colocadas sob os cuidados da UNICAMP e
164 da USP, porém, apenas nove casos foram examinados até hoje; sobre este caso, disponibiliza à
165 CEV um DVD; informa também que participou do grupo 1, onde participaram também a
166 Deputada Luíza Erundina e mais 18 pessoas, sendo que, na ocasião, esta Deputada expôs seu
167 Projeto de Lei que versa sobre a reinterpretação da Lei da Anistia, possibilitando a punição de
168 torturadores; a Dra. Ivete ainda informa que dia 29 houve uma reunião com a Comissão
169 Nacional da Verdade, onde foram expostas todas as críticas e formuladas propostas. Finalizados
170 estes comentários, a Sra. Neide informa que a Sra. Anita Zippin se dispôs a falar sobre o irmão,
171 e aguarda uma data para vir à CEV. Diz também que viajará amanhã para Londrina e,
172 posteriormente, a Apucarana para consultar a disponibilização da família de Antônio Três Reis
173 de Oliveira, que, segundo Neide, foi metralhado em São Paulo por um militar que foi mais tarde
174 absolvido pelo caso, mesmo sendo réu confesso. Sendo assim, Neide pede ao Coordenador da
175 CEV que emita uma declaração para que ela possa convidar estas pessoas em nome desta
176 Comissão, no que Bodê afirma que será feito. Neste ponto, a Sra. Demétria propõe à CEV que
177 crie um número telefônico ao qual as pessoas possam recorrer para notificar a CEV a respeito
178 de alguma informação ou documento que possa interessar aos trabalhos. A sugestão é bem-
179 vinda pelos membros, que irão desenvolvê-la. Sem mais informes, a reunião caminha para o
180 próximo ponto da pauta: leitura e aprovação do Ofício 013/CEV, que apresenta a CEV à
181 Comissão Nacional da Verdade e propõe acordo de cooperação técnica entre as Comissões.
182 Após a leitura e uma pequena correção da redação do referido ofício, os membros aprovam-no,
183 cabendo à Secretaria-executiva da CEV remetê-lo. Feito isto, Fachin, tendo em vista o constante
184 aumento de trabalhos da CEV e a dificuldade de achar espaços nas agendas dos membros,
185 propõe que se comece a pensar em nomear membros suplentes, a partir de indicações do
186 Fórum de resgate à Verdade, Memória e Justiça. Sobre isto, os membros decidem amadurecer a
187 ideia e deliberar em oportunidade futura. Com a palavra, o Secretário-executivo da CEV, Dr.
188 José Antônio Peres Gediel, agradecendo a presença de todos, ao Ministério Público, por
189 disponibilizar a sede e a filmagem, e à TV Educativa, por estar gravando a reunião, fala sobre a
190 importância de se começar a pensar na elaboração do relatório final, informando que a
191 Assessoria de Comunicação da SEJU propôs fazer um documentário, que a própria TVE
192 poderia realizar e, sendo assim, que a CEV notifique a TVE acerca dos eventos com



193 antecedência para que possa haver tempo para disponibilizar o equipamento e a equipe para
194 atender a CEV. A este respeito, Bodê diz que faz dele estas palavras. Ainda com a palavra, Bodê
195 consulta os demais membros para que possa haver o convite ao Dr. Narciso Pires, que possui
196 um trabalho na área concernente à CEV, para que ele possa participar das reuniões. Colocado
197 em deliberação, fica decidido neste sentido. Já acerca dos arquivos da PM, objeto de pedido de
198 abertura pela CEV, o Coordenador informa que o Coronel Washington, responsável pelos
199 arquivos, entrou em contato com ele, convidando a Comissão a ir ao quartel conhecer os
200 arquivos. Antes de encerrar, a Dra. Ivete informa que o membro da Comissão Márcio Kieller não
201 pôde estar presente por estar em compromisso pela CUT, mas pediu para que seja marcada
202 uma data para a oitava do Sr. Milton Ivan Eller. Para ser elencado, Molina também cita o nome de
203 Valmor Vaz. Dr. Elísio, por sua vez, cita os nomes dos coronéis Antônio Michalisen e Antônio
204 Celso Mendes. O Coordenador, então, pede para que, para a próxima reunião, haja uma
205 listagem das pessoas que necessitam uma atenção maior e que precisam ser ouvidas o quanto
206 antes. Além disso, informa que já foi expedido ofício circular a todas as universidades do Paraná
207 para que remetam à CEV trabalhos que possam vir a auxiliar nas atribuições desta Comissão.
208 Ademais, a próxima reunião fica marcada para o dia 16 de maio de 2013, às 9h da manhã, local
209 a ser confirmado. Por fim, o Coordenador da CEV, Dr. Pedro Bodê, declara encerrada a reunião.

210

211

212


Ivete Maria Caribé da Rocha

Luiz Edson Fachin


Márcio Mauri Kieller Gonçalves


Neide de Azevedo Lima


Olympio de Sá Sotto Maior Neto


Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

Vera Karam de Chueiri

213